
A SEGURANÇA E A DEFESA NACIONAL
UMA PERSPECTIVA ESTRATÉGICA

João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes

A SEGURANÇA E A DEFESA NACIONAL

UMA PERSPECTIVA ESTRATÉGICA (1)

SUMARIO

A tipologia do Mundo actual aponta para uma dificuldade crescente na preservação das condições imprescindíveis à realização das aspirações fundamentais das comunidades humanas, politicamente organizadas, de que o Estado — actor responsabilizador e responsabilizante — constitui, ainda hoje, o paradigma.

Este facto sublinha a importância crescente, também, das diversas «componentes» internas e externas da Segurança Nacional e de toda a gama de medidas, inerentes à Política e à Estratégia de Defesa Nacional, medidas estas que actuam sobre a vasta e diversificada gama de «causas» (ou «vectores») endógenas e exógenas que influenciam, negativamente, aquelas «componentes», ameaçando, portanto, a Segurança Nacional.

Num clima típico de «crise internacional», a Estratégia Militar Nacional dos Pequenos Estados emerge, então, no interior da Estratégia de Defesa Nacional, não porque constitua um fim em si mesma, mas porque permanece como um vector sensível da capacidade negocial imprescindível à afirmação do Estado e à salvaguarda dos interesses vitais da Nação.

(1) A exploração deste tema surge no prolongamento de uma série de artigos sobre a problemática da Segurança e da Defesa, publicados na revista «Nação e Defesa».

O seu conteúdo reflecte, pois, implicitamente, aspectos dos sucessivos contributos acumulados nas diversas ópticas de análise, apresentadas pelos vários autores entre os quais cito: Rocha Simões, François Martins, Cabral Couto, Sá Seixas, Leonel Cardoso, Marques Guedes, Rocha Trindade, Luís Cupertino, Virgílio de Carvalho e Mota Pinto.

Na sua natural relação com o âmbito do planeamento estratégico, o artigo reflecte ainda uma fundamental referência: o livro «Incursões no Domínio da Estratégica», de Loureiro dos Santos.

1. INTRODUÇÃO

a. O Sistema de Relações Internacionais

As Relações Internacionais respeitam ao convívio entre os povos. Este convívio engloba uma grande diversidade de contactos, como a troca de bens, a movimentação e permuta de ideias, de técnicas e de serviços, contactos estes que são desenvolvidos por um vasto leque de intervenientes de diferentes tipos. As actividades respeitantes àqueles contactos (que pressupõem a consecução de interesses próprios dos intervenientes) podem ser desenvolvidas em ambiente pacífico, no qual predomina o «fazer prevalecer intenções», ou, em ambiente de litígio, no qual emerge, em graus diferentes, uma dinâmica de «imposição de vontades» — aqui, as potenciais situações de conflito podem assumir ou não uma feição militar.

Dentre os vários intervenientes no Sistema de Relações Internacionais avultam os que são, normalmente, designados por «actores» do Sistema, os quais podem, genericamente, ser classificados em quatro grandes grupos:

- os Estados-Nação em todas as suas variantes;
- os Movimentos de Libertação;
- as Organizações Internacionais ou intergovernamentais (OIG), quer de carácter universal quer regional;
- as Organizações Transnacionais ou não governamentais (ONG), de naturezas e significados muito diferentes.

Pese embora esta diversificação de «actores» e do intenso e muito variado relacionamento por eles gerado, muitos analistas da fenomenologia das Relações Internacionais pronunciam-se pela prevalência do convívio entre os Estados, como fundamento da dinâmica do relacionamento internacional, uma vez que estes constituem o paradigma das formas de estruturação política. Nesta perspectiva, o estudo das Relações Internacionais é fundamentalmente orientado

para a «análise e explicação das interacções entre comunidades políticas organizadas no âmbito do seu território, a saber os Estados»^(*). De qualquer forma, «seja ou não acertado fazer gravitar o estudo das Relações Internacionais em torno do comportamento dos Estados, a verdade é que o dilatado campo que lhes corresponde abarca toda a actuação externa da sociedade política e se contrapõe ao da sua vida interna, de que constitui complemento natural e indissociável. Digo indissociável, porque nenhum grupo humano pode pretender abstrair-se do facto de se encontrar, neste Mundo, rodeado por outros grupos»^(*).

Daqui a importância de desenvolver, sob diversos ângulos, aproximações aos mecanismos das relações internacionais, consideradas como parcela de um todo, no qual importa conhecer a interacção entre os campos que o compõem.

Olhemos, então, numa perspectiva estratégica, as características gerais do actual Sistema de Relações Internacionais.

A dinâmica de estabilização da «equivalência nuclear» entre as duas Superpotências impôs ao Mundo um sistema global de relações, caracterizadamente bipolar, que se mantém, apesar de, a partir da década de 60, poderem ser assinalados alguns indícios da sua possível flexibilização. Pode, pois, dizer-se que, tendo embora em consideração o desenvolvimento do diálogo Norte-Sul, a sociedade tecnológica se organiza e actua, predominantemente, em função de uma direcção de interacção que é de confronto — a direcção Este-Oeste.

É, assim, que o «poder nuclear» se impõe como um limiar político-estratégico omnipresente e determinante do ambiente sistémico que caracteriza um específico comportamento dos «actores», com profundos reflexos na dinâmica do poder.

De facto a «dissuasão» surge-nos, hoje, directa ou indirectamente, como um pano de fundo das atitudes que presidem ou que de qualquer forma afectam a dinâmica de relacionamento no actual Sistema de Relações Internacionais.

(*) Citação de P. Renouvin e J. B. Duroselle, por Marques Guedes, em O Estatuto Científico das Relações Internacionais — Revista «Nação e Defesa» N.º 28, pág. 23.

(*) Marques Guedes, Id., pág. 24.

Uma tal especificidade de atitudes e comportamentos decorre da necessidade de manter o Sistema em equilíbrio, num quadro limitado de acções e reacções que evite o apocalipse nuclear. Uma vez que, no momento actual, o equilíbrio possível é:

- instável, porque resulta de uma concepção assente numa dinâmica de correlação de forças;
- dominado pela escassez que se reflecte em todos os domínios (nomeadamente nas características físicas e humanas do ambiente e no significado estratégico do tempo), influenciando, portanto, o sentido geopolítico e geoestratégico do «espaço» que, por enquanto, se mantém finito;
- fortemente influenciado, ainda, por ideologias universalistas antagónicas (de carácter político, económico ou religioso), como tal multiplicadoras da competitividade fundamental;
- vincadamente dependente do ritmo da evolução tecnológica aspecto que reforça a já acentuada diversidade do «espaço» e a tendência para uma progressivamente maior desadaptação do Homem ao ambiente;

o clima global resultante é o específico de uma situação «nem de Paz, nem de Guerra», ou, como refere Beaufre, da «situação de Paz-Guerra em que vivemos». Daqui a síndrome da «Crise Internacional» que, ao conter elementos da Paz e da Guerra, comporta, em si, um potencial de transição da Paz para a Guerra. Vejamos porquê:

A Guerra, na sua expressão extrema, é a última forma de coacção — o choque físico, violento, entre organizações militares — num contexto onde a prossecução de objectivos em conflito é francamente predominante em relação ao alcançar de interesses comuns (trata-se de um confronto para a imposição de uma vontade). A «acomodação» somente ocorre na sua fase terminal, aquando da negociação dos termos de cedência ou de rendição.

Por outro lado, a diplomacia de tempo de Paz (e de «não crise») tem, em geral, um carácter acomodativo; aqui, no «fazer prevalecer intenções», a procura de alcançar interesses comuns predomina sobre o uso da coacção. Ainda nesta situação, o relacionamento entre adversários potenciais, assume a coloração de uma

espécie de conflito de interesses, porém o comportamento de conflito (se assim se pode chamar) assume formas relativamente mitigadas ou passivas, como são as atitudes de mútua dissuasão, disputas menores, etc.

Na «crise internacional», estes contrastantes tipos de comportamento tendem a convergir numa complexa mistura de coacção e acomodação; a diplomacia torna-se mais activamente coerciva e o clima emocional escorrega para uma vincada hostilidade e medo; a finalidade centra-se, aqui, mais em ganhar do que em realizar interesses comuns, embora o ganho possa corresponder, somente, a um não perder. Quando a «acomodação» ocorre, não é em correspondência a um «acordo amigável», mas sim a um «recuo» ou a um penoso «compromisso», a que o risco da iminência de guerra obrigou; assim, a pressão é, aqui, exercida, não pela «força-bruta» (como na Guerra), mas sim pela manipulação racionalizada do risco de guerra e do medo da escalada; o final é determinado, portanto, não por uma relatividade em dimensão física e moral, mas sim por uma dimensão psicológica, traduzível esta na capacidade relativa das partes em suportar riscos.

Esta situação de «crise internacional», tal como foi caracterizada, desenvolve-se, no tempo, em continuidade, uma vez que pressupõe a ocorrência de um dos seguintes dois fenómenos:

- o seu desequilíbrio (acidental ou voluntário), de qualquer forma o confronto nuclear;
- a manutenção de uma correlação de forças que mantenha a situação de tensão numa oscilação controlada referenciada ao limiar da crise.

Compreende-se, assim, que a dinâmica impressa nesta experiência de crise, reaberta em permanência, reforce, em retorno, o conteúdo e a intensidade das características, já sublinhadas, do actual Sistema de Relações Internacionais: em síntese, um elevado grau de interdependência, competitividade e insegurança vivido num clima de potencial ou efectiva violência.

Este o quadro geral da «Paz Nuclear», em cuja preservação a Política e a Estratégia se interpenetram quer na conduta da «dissuasão» quer no controlo de conflitos menores, quer ainda na orientação da «revolução tecnológica», esta como uma iniciativa possível para a ultrapassagem do actual impasse.

b. O Estado-Nação

Segundo Stoessinger, pode ser definido como:

- uma unidade política soberana;
- uma população que, reflectindo uma dada identidade colectiva (construída através de uma solidariedade gerada na imagem do passado e na perspectiva de futuro), comunga de um maior ou menor grau de nacionalismo.

População esta que habita um território definido, reconhece um governo comum e que usualmente (embora nem sempre) exhibe padrões linguísticos e culturais comuns.

Neste conceito são reconhecíveis os elementos fundamentais do Estado:

- a capacidade de exercer «soberania», ou seja, o não reconhecimento de qualquer autoridade externa, igual ou superior à sua, no interior do seu território;
- a população, onde emerge a importância da «identidade colectiva» e da opinião pública interna, o que releva a importância da «solidariedade» e do «nacionalismo»;
- o governo comum, capaz de afirmar a «soberania» na ordem interna e de, na ordem externa, estabelecer, em plano de compatível igualdade, relações com outros estados, o que sublinha o peso da imagem impressa na «opinião pública externa»;
- o território, a base física do exercício da «soberania» e da construção do «poder», e, a referência do «nacionalismo».

Esta forma de associação política teve sempre em vista, por pressuposto, a satisfação de duas «aspirações» fundamentais:

- a sua sobrevivência;
- a sua prosperidade em termos de progresso, justiça e bem-estar.

Como condição indispensável à realização destas «aspirações» emerge a «segurança», considerada ela própria, por muitos autores, como «aspiração» fundamental.

Desde já ressalta que os aspectos realistas e utópicos, implícitos naquilo que o Estado deseja, ou seja, nas suas «aspirações», assume, naturalmente, um sentido e um significado diversos no espaço-tempo de referência; sublinha-se, portanto, a perspectiva histórica do seu carácter cultural e civilizacional.

Os factos novos que, particularmente após a II Grande Guerra, vieram influir nesta temática, ampliando-a, foram a proliferação dos Estados, a acentuação dos internacionalismos e dos transnacionalismos, o salto tecnológico, as economias de escala, a escassez e a resultante político-estratégia do nuclear. A ressonância destes factos veio projectar-se em fenómenos de globalização, de interdependência, de radicalização, de clientela e de diversidade, com impacte, não só ao nível dos «actores», como também ao do próprio Sistema de Relações Internacionais, onde aqueles se movimentam. Para melhor realçar a diversificação actual das «aspirações nacionais», bastará olhar a heterogeneidade dos Estados:

- os que já foram potências e que continuam a ser importantes, embora com uma relativa perda de poder;
- os que ascenderam à nova classe das superpotências;
- os que são pátrias de civilizações antigas e que poderão vir a tornar-se poderosos, se desencadeadas as virtualidades que encerram;
- os que se consideram como espaços do futuro;
- os que viveram, já, uma experiência de hegemonia e falharam;
- os que lutam contra a decadência;
- os de porte médio, uns em processo de expansão pacífica, outros agressivos;
- os que reflectem a realidade político-estratégica de espaço tampão;
- os que se assumem como integralmente neutros;
- os clientes de diferentes tipos e graus diversos;
- os desestabilizadores permanentes e circunstanciais;
- os que, em sentido geoistórico, constituem criações únicas ou casos excêntricos;

— e, um sem-número de muitos outros, sobre os quais pouco mais há a dizer para além de que existem.

Por outro lado, o actual ambiente que caracteriza a comunidade internacional, olhado na perspectiva do Estado-Nação, parece apontar para um duplo fenómeno: por um lado a forte perturbação da vida interna do Estado-Nação e, por outro, a tendência para a reafirmação da sua viabilidade como actor preponderante da cena internacional.

O primeiro fenómeno decorre:

- da dificuldade sentida em garantir a «segurança e a prosperidade» dentro das suas fronteiras;
- dos reflexos interiores das desigualdades de padrões de vida entre os Estados;
- da sobrevivência de sentimentos nacionalistas e religiosos exacerbados, vigorosamente sustentados, particularmente em povos que demoraram a tornar-se nações;
- dos reflexos internos do antagonismo entre dois sistemas políticos, cada qual liderado por uma superpotência com diferentes tradições históricas, representando, ambos, formas antagónicas de organização social, económica e de governo.

Para o segundo fenómeno, referido, concorre:

- a «Paz Nuclear» que, ao impor um limite superior aos conflitos entre Estados, trouxe consigo um reforço da possibilidade de entre Estados, trouxe consigo um reforço da possibilidade de exercício da soberania;
- a resistência às formas imperialistas que contribui para o reforço do nacionalismo dos Estados na sua actual territorialidade;
- o abrandamento da bipolarização que faculta a possibilidade de uma maior liberdade de acção dos Estados mais fracos;
- a necessidade sentida pelos principais «actores» de mobilizar apoios, organizar alianças, estabelecer coligações e de cortejar as neutralidades, o que concorre para a conservação dos «status» no seio da Organização Internacional.

O conjunto destes fenómenos parece apontar, portanto, para uma realidade, onde o Estado-Nação, envolto numa atmosfera de hostilidade, de crescente rearmamento e de novas tipologias de conflito,

desenvolve esforços para resolver o principal problema que se lhe põe e que consiste no anular das origens de conflito no seu interior. Este mitigar de tensões interiores (por adequada resposta aos «anseios fundamentais»), tornou-se crítico para a «Segurança» do Estado-Nação, uma vez que, ao constituir uma condição cada vez mais necessária à coesão da comunidade e à eficiência e eficácia da sua prática política no plano interno, avulta, desde logo, também, como vector reforçador da sua afirmação político-estratégica no plano externo (entre outras razões, pela imagem de coerência e de vontade que transmite). Estes aspectos são particularmente relevantes, se atendermos à tipologia do actual ambiente de confronto em que, no plano político-estratégico de nível global, imperam a dissuasão e a acção indirecta.

É por força da interacção da dinâmica interior com a complexidade da inserção, geopolítica e geoestratégica do Estado, no todo internacional, que surgem as fundamentais noções de «objectivos» e de «interesses» nacionais.

Os «objectivos nacionais», em correspondência com aquilo que o Estado programa, realisticamente, atingir (desejavelmente, portanto, em compatibilidade com as «aspirações» fundamentais que lhe são específicas). Os «interesses nacionais», sintetizáveis naquilo que o Estado pretende salvaguardar, admitindo embora uma escala de graus de empenhamento.

Assim, para a defesa dos «interesses nacionais» concorrerão, naturalmente, vários, dentre os «objectivos nacionais» definidos. Entre estes últimos contam-se os «objectivos estratégicos nacionais» (para cuja pressecução, no limite, se pressupõe a possibilidade de recurso ao confronto violento armado e organizado), os quais respondem a imperativos decorrentes de «interesses primários ou vitais».

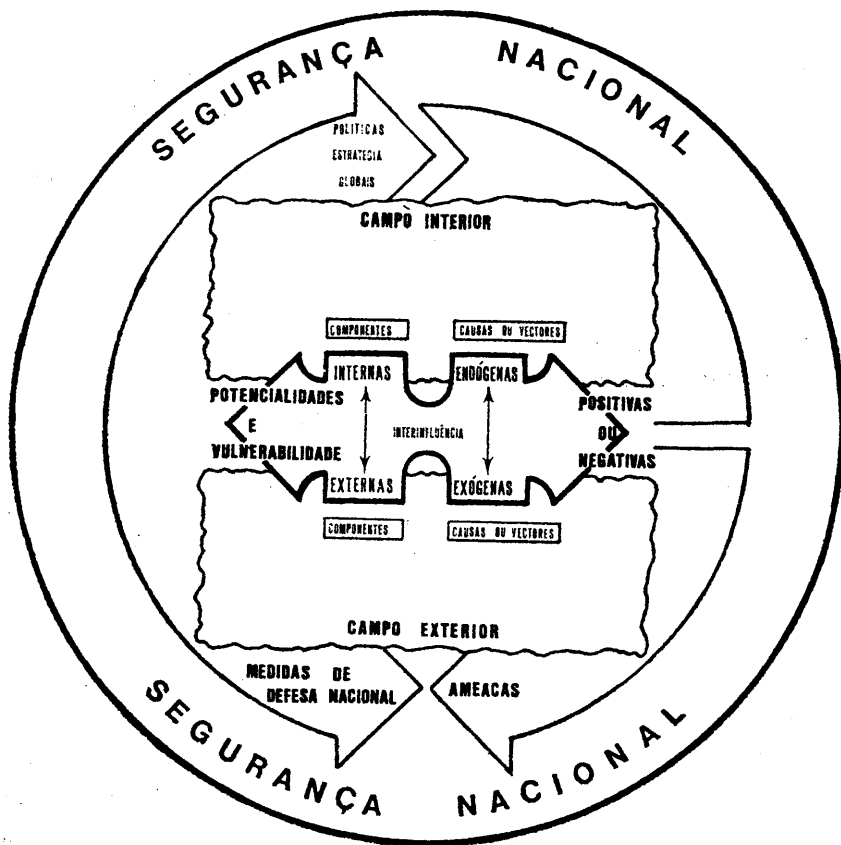
c. A Segurança e a Defesa Nacional

É neste enquadramento geral que se desenvolve a fenomenologia da Segurança e da Defesa.

Os aspectos conceptuais que serão abordados incidem sobre a perspectiva nacional da Segurança e da Defesa, a qual não deve, no entanto, ser desligada dos mais vastos contextos de Segurança Regional e da

Segurança Colectiva, quer isto dizer, dos outros níveis de responsabilidade perante a Comunidade Internacional. Segurança Nacional é, vimos já, uma condição indispensável ao Estado-Nação, para que este possa satisfazer às «aspirações fundamentais» de sobrevivência e prosperidade (progresso, justiça e bem-estar) — constituindo, assim, uma premissa fundamental de todo e qualquer processo de realização, em paz e liberdade, das comunidades humanas organizadas no âmbito do seu território.

Embora a cada Estado corresponda, conforme é deduzível da sua diversidade, significados e conteúdos diferentes em matéria de «segurança», pode, no entanto, detectar-se um conjunto de «componentes» que de uma forma ou outra estarão, sempre, na sua génese.



Antes, porém, é oportuno salientar que, por força da indissociabilidade da vida interna e da vida externa da sociedade política, aquelas «componentes» podem ser referidas a duas ordens de valores que, embora interdependentes, são distintos: os de ordem interna ou «fundamental» e os de ordem externa ou «circunstancial».

As primeiras componentes — referidas a valores de ordem interna — resultam do facto da «segurança» dizer respeito, primariamente a uma perspectiva do interior, segundo a qual o Estado assume uma responsabilidade em correspondência com o pulsar da comunidade, com o significado das bases da sua organização política, social e económica, e, com a particularidade da base física de que dispõe — o território.

As segundas componentes — referidas a valores de ordem externa — resultam, fundamentalmente, do facto do Estado sem um sujeito responsabilizante e responsabilizador no seio da Organização Internacional e, enquanto tal, ter que se assumir, jurídica e eticamente, perante essa outra comunidade.

Para caracterizar as «componentes» da Segurança Nacional — como condição indispensável à concretização de prosperidade da comunidade e à preservação da sua forma de organização política — podem admitir-se três «vertentes» fundamentais:

- a unidade, reflexo do sentido de coesão no plano interno e condição implícita à actuação integrada no plano externo;
- a soberania, expressão política do assumir como «sujeito» responsável, tanto no plano interno como no plano externo; é-lhe inerente a autonomia de decisão e conduta em plano de igualdade com os restantes componentes da sociedade internacional, ou seja, a independência;
- a capacidade de afirmação da unidade e da soberania, quer interna quer externamente. Esta capacidade expressa-se pela salvaguarda (individual e colectiva) dos valores materiais e morais da comunidade (nomeadamente o assegurar da integridade do território e a preservação da identidade na plenitude do direito à diferença), pela garantia da liberdade de acção política no plano interno e no plano externo e pelo cumprimento dos compromissos internacionalmente assumidos.

A tipologia das «componentes» enunciadas aponta para que a estrutura do Sistema de Relações Internacionais, a essência do Estado-Nação e o seu relacionamento no contexto do Sistema tenham, no tempo, uma vincada influência no significado da Segurança Nacional. A mesma tipologia aponta, paralelamente, para que a natureza, a inserção geopolítica e o conteúdo geoestratégico, específicos a cada Estado-Nação, tornem a problemática da Segurança Nacional, em cada momento, extremamente complexa e diversificada. Numa perspectiva centrada no Estado-Nação, podem retirar-se, então, três ilações fundamentais acerca das «componentes» internas e externas da Segurança:

- a variabilidade (para cada caso no tempo e, em cada momento, de caso para caso) do referencial de valores sociais, morais, culturais e materiais, inerente à diferença de percepções sobre uma experiência ética da responsabilidade;
- a existência (em cada momento e para cada caso) de vulnerabilidades e potencialidades nacionais com um carácter mais ou menos persistente, um desenvolvimento mais ou menos acelerado e uma resultante (num processo de anulação, de agravamento e de reforço ou esvaziamento de significados e conteúdos) mais ou menos favorável;
- a permanência de influências diversificadas, negativas ou positivas (de sinal contrário ou não) que resultam da acção de diversas «causas ou vectores» (com maior ou menor permanência no tempo e incidência no espaço), tanto de natureza endógena como exógena.

No âmbito da Segurança Nacional compete, então, em geral, à Política, a actividade permanente de:

- definir ou redefinir os valores críticos implícitos nas «componentes» da Segurança;
- levantar e delimitar as vulnerabilidades e as potencialidades, os respectivos mecanismos de evolução, bem como as dinâmicas da sua interacção;
- determinar as «causas ou vectores» de influência, as suas origens e o valor e natureza das repercussões do seu impacte.

Desta actividade decorre, neste âmbito, o estabelecimento ou reestabelecimento de objectivos a prosseguir (através de políticas e de estratégias) e o cometimento das responsabilidades (com a atribuição dos correspondentes recursos) inerentes à sua consecução.

Quer isto dizer, objectivos que visam o reforço da Segurança (diminuição das vulnerabilidades e aumento das potencialidades), os quais, em termos políticos, se inscrevem na vasta gama dos «objectivos políticos concretos» (tanto longínquos como actuais), a alcançar através da conjugação da acção política interna e externa.

Neste quadro geral emerge, no entanto, um particular. Diz ele respeito às «causas ou vectores» endógenos e exógenos que afectam, negativamente, as componentes internas e externas da Segurança — logo, que aumentam as vulnerabilidades e que diminuem ou põem em risco as potencialidades. Estes «vectores», dada a natureza do seu impacto, terão de ser, naturalmente, considerados «ameaças» (potenciais ou reais) à Segurança Nacional, portanto, à condição base de realização das «aspirações» fundamentais da sociedade política.

O desenvolvimento desta tipologia de ameaças é permanente e envolve a noção de risco crítico para o Estado-Nação — daqui ressalta a imprescindibilidade de uma específica prática política, através da qual se contraponham às ameaças conjuntos de medidas adequadas à preservação da comunidade ameaçada.

Surge aqui, portanto, a noção de Defesa Nacional, a qual, quer em sentido amplo quer em sentido integrado, corresponde a uma postura interdisciplinar da actividade da Política que se objectiva na implementação de um sistema de medidas de natureza política e estratégica, com vista a enfrentar as ameaças que, directa ou indirectamente, impendam sobre a Segurança Nacional.

Daqui decorrem três conclusões fundamentais acerca da actividade de Defesa Nacional:

- a primeira é que constitui uma responsabilidade individual e colectiva que abrange, dentro e fora do território, o todo da comunidade nacional;
- a segunda é que para ela concorre a acção conjugada de todos os sectores da actividade política (ensino, jurisprudência, econo-

... mia e finanças, comércio, indústria e tecnologia, transportes, diplomacia, administração pública, saúde, forças armadas, forças de segurança, etc);

- a terceira é que as medidas que lhe correspondem são tomadas, em complementaridade, nos âmbitos das «componentes» internas e externas da Segurança Nacional.

No que respeita a esta última conclusão importa salientar ainda que as medidas de Defesa Nacional se consubstanciam:

- no âmbito das «componentes» internas, numa actuação sobre os factores psicológicos, morais e materiais da Nação organizada em Estado, tendo em vista reforçar as condições de resistência e de cobertura de riscos em relação a específicas ameaças, correspondentes a «causas ou vectores», tanto de natureza endógena, como exógena;
- no âmbito das «componentes» externas, numa actuação dirigida, directa ou indirectamente, a outros «actores» do Sistema de Relações Internacionais, tendo em vista não só limitar ou anular ameaças e reduzir riscos, correspondentes a «causas» exógenas, como também alcançar condições mais favoráveis ao reforço da resistência interna a ameaças resultantes de «causas» endógenas.

Em síntese, a Defesa Nacional que, conforme foi já sublinhado, constitui uma responsabilidade individual e colectiva, engloba um sistema de medidas que comporta, em si, atitudes e comportamentos de natureza passiva e activa. Passiva, quando se procura a prevenção da comunidade política em relação a ameaças potenciais e a evoluções prováveis de ameaças reais. Activa, sempre que se actua por persuasão, dissuasão ou luta (mais ou menos violenta, mas que no extremo pode pressupor o confronto armado) em relação a acções concretas que ponham em causa a Segurança.

Em termos de realização, estas medidas de Defesa Nacional (que, conforme também foi sublinhado, respeitam e abrangem todos os sectores de actividade de uma comunidade política) situam-se, naturalmente, nos âmbitos da Política e da Estratégia. Esta circunstância obriga a que a definição da política e da estratégia de Defesa Nacional seja uma competência dos mais elevados órgãos políticos do Estado.

Daqui decorre uma natural vocação funcional para o organismo que, nos níveis superiores da estrutura do Estado, detenha o pelouro da Defesa: o assumir, no quadro da sua responsabilidade política, a função integradora da repartição do trabalho estratégico, considerado, aqui, no plano da «Estratégia Total».

Como, no âmbito da «Estratégia Total», a Estratégia Militar representa, uma dentro do leque das Estratégias Gerais, fica perfeitamente claro que o contexto da Defesa Nacional transcende, em muito, o aspecto sectorial da componente militar da Defesa.

Esta perspectiva mantém a sua validade, particularmente porque responde aos imperativos decorrentes da actual dinâmica do Estado-Nação e da sua envolvente — o Sistema de Relações Internacionais. De facto, nos nossos dias, salvo em situações limite — que, de qualquer forma, nunca deverão ser perdas de vista —, a Estratégia Militar nos Pequenos Estados constitui, fundamentalmente, uma parcela da capacidade política externa em matéria de Segurança e o garante da credibilidade de toda e qualquer Estratégia de Defesa.

IDN, 7 de Novembro de 1985.

João Carlos de Azevedo de Araújo Galdes

Coronel Engenheiro